



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI COMPLEMENTAR Nº 321/2000

Ementa

ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO, PARA MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIO DE CORREÇÃO DOS TRIBUTOS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma

21/12/2000

Data de Publicação

22/12/2000

Veículo de Publicação

Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei Complementar nº 584/2000](#) - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Revogada

Observações

Início de efeitos: 1º./01/2001.

FINANÇAS - código tributário

Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD (PREFEITO MUNICIPAL)

Histórico de Alterações

Data da Norma

04/06/2004

19/12/2008

Norma Relacionada

[Decreto do Executivo nº 19602/2004](#)

[Lei Complementar nº 467/2008](#)

Efeito da Norma Relacionada

Norma correlata

Revogada parcialmente por



LEI COMPLEMENTAR Nº 321, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2.000

Altera o Código Tributário, para modificação de critério de correção dos tributos; e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2.000, **PROMULGA** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - As disposições do inciso I dos artigos 35, 74, 93, 123, § 2º, 163, da Lei Complementar nº 14, de 26 de dezembro 1990 e do inciso I do artigo 9º da Lei Complementar nº 170, de 20 de novembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - à correção monetária do débito, calculada nos termos do § 2º do artigo 97 do Código Tributário Nacional, estabelecida mediante decreto do Poder Executivo."

Art. 2º - Os artigos 65, 67, 86, 120, 125 § 3º, 128 § 2º e 179 da Lei Complementar nº 14, de 26 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Municipal."

"Art. 67 - Os contribuintes enquadrados nesse regime serão comunicados, ficando-lhes reservado o direito de impugnação, no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da notificação."

§ 1º - A impugnação prevista no "caput" deste artigo não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar devido, assim como os elementos para sua aferição."

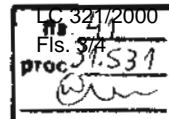
§ 2º - Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso."

"Art. 86 - O imposto será pago até a data do ato da transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos, exceto nos seguintes casos:

I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios, ou acionistas, ou respectivos sucessores, dentro de 30(trinta) dias, contados da data da Assembléia ou da escritura que tiver lugar aqueles atos."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
(Lei Compl. nº 321/00)



II - na arrematação ou adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30(trinta) dias, contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recursos pendentes;

III - (...)

IV - nos demais atos judiciais, dentro de 30(trinta) dias contados da publicação da sentença que reconheceu o direito, ainda que exista recurso pendente."

"Art. 120 - O contribuinte fornecerá à Prefeitura os elementos e informações necessários à sua inscrição, as alterações e o cancelamento no cadastro fiscal para fins de licenciamento.

"Art. 125 - (...)

(...)

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará que será representado pela notificação de lançamento da taxa incidente."

"Art. 128 - (...)

(...)

§ 2º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará que será representado pela notificação de lançamento da taxa incidente."

"Art. 179 - A prova de quitação do crédito tributário será feita, exclusivamente, por certidão negativa, regularmente expedida pelo órgão administrativo competente, e válida pelo prazo de 180(cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição."

Art. 3º - O artigo 169, da Lei Complementar nº 14, de 26 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

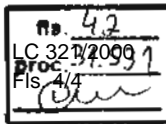
"Art. 169 - (...)

(...)

§ 6º - Na hipótese deste artigo, a critério da autoridade competente, a concessão do parcelamento fica condicionada a apresentação de fiança bancária."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
(Lei Compl. nº 321/00)



Art. 4º - As estipulações em Unidade Fiscal de Referência - UFIR constantes de outras leis municipais, serão convertidas em Real a partir de 1º de janeiro de 2001, na relação de R\$ 1,0641 por unidade monetária.

Art. 5º - Ficam revogados o §§ 1º a 6º do artigo 65, da Lei Complementar no. 14 de 26 de dezembro de 1990.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.



MIGUEL HADDAD
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil.



MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos